

Índice

Dados da Empresa

Composição do Capital	1
Proventos em Dinheiro	2

DFs Individuais

Balanço Patrimonial Ativo	3
Balanço Patrimonial Passivo	4
Demonstração do Resultado	5
Demonstração do Resultado Abrangente	6
Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto	7

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2019 à 31/12/2019	8
DMPL - 01/01/2018 à 31/12/2018	9
Demonstração de Valor Adicionado - Método Indireto	10

DFs Consolidadas

Balanço Patrimonial Ativo	11
Balanço Patrimonial Passivo	12

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho	13
Notas Explicativas	17
Comentário Sobre o Comportamento das Projeções Empresariais	31
Proposta de Orçamento de Capital	32

Pareceres e Declarações

Relatório do Auditor Independente - Sem Ressalva	33
Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras	35
Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente	36

Dados da Empresa / Composição do Capital

Número de Ações (Unidades)	Último Exercício Social 31/12/2019
Do Capital Integralizado	
Ordinárias	134.889
Preferenciais	0
Total	134.889
Em Tesouraria	
Ordinárias	0
Preferenciais	0
Total	0

Dados da Empresa / Proventos em Dinheiro

Evento	Aprovação	Provento	Início Pagamento	Espécie de Ação	Classe de Ação	Provento por Ação (Reais / Ação)
---------------	------------------	-----------------	-------------------------	------------------------	-----------------------	---

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2019 à 31/12/2019	Penúltimo Exercício 01/01/2018 à 31/12/2018
1	Ativo Total	859	562
1.01	Ativo Circulante	726	401
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	491	99
1.01.03	Contas a Receber	48	102
1.01.03.02	Outras Contas a Receber	48	102
1.01.06	Tributos a Recuperar	187	189
1.01.06.01	Tributos Correntes a Recuperar	187	189
1.01.07	Despesas Antecipadas	0	11
1.01.07.04	Adiantamento a Fornecedores	0	11
1.02	Ativo Não Circulante	133	161
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	13	18
1.02.01.09	Créditos com Partes Relacionadas	13	18
1.02.01.09.03	Créditos com Controladores	13	18
1.02.03	Imobilizado	116	135
1.02.03.01	Imobilizado em Operação	116	135
1.02.04	Intangível	4	8
1.02.04.01	Intangíveis	4	8

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2019 à 31/12/2019	Penúltimo Exercício 01/01/2018 à 31/12/2018
2	Passivo Total	859	562
2.01	Passivo Circulante	243	46
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	7	5
2.01.01.02	Obrigações Trabalhistas	7	5
2.01.02	Fornecedores	25	10
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	25	10
2.01.03	Obrigações Fiscais	54	22
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	24	10
2.01.03.01.02	Outras Obrigacoes Fiscais Federais	24	10
2.01.03.03	Obrigações Fiscais Municipais	30	12
2.01.05	Outras Obrigações	152	3
2.01.05.02	Outros	152	3
2.01.05.02.02	Dividendo Mínimo Obrigatório a Pagar	62	2
2.01.05.02.04	Adiantamentos a Clientes	90	1
2.01.06	Provisões	5	6
2.01.06.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	5	6
2.01.06.01.02	Provisões Previdenciárias e Trabalhistas	5	6
2.02	Passivo Não Circulante	125	225
2.02.02	Outras Obrigações	125	225
2.02.02.01	Passivos com Partes Relacionadas	125	225
2.02.02.01.04	Débitos com Outras Partes Relacionadas	125	225
2.03	Patrimônio Líquido	491	291
2.03.01	Capital Social Realizado	135	135
2.03.04	Reservas de Lucros	23	10
2.03.04.01	Reserva Legal	23	10
2.03.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	333	146

DFs Individuais / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2019 à 31/12/2019	Penúltimo Exercício 01/01/2018 à 31/12/2018
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	1.927	1.530
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-186	-152
3.02.01	Impostos Diretos	-186	-152
3.03	Resultado Bruto	1.741	1.378
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-1.377	-1.364
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-1.382	-1.364
3.04.02.01	Despesas Gerais e Administrativas	-1.365	-1.353
3.04.02.02	Despesas Tributárias	-17	-11
3.04.04	Outras Receitas Operacionais	5	0
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	364	14
3.06	Resultado Financeiro	2	3
3.06.01	Receitas Financeiras	9	14
3.06.02	Despesas Financeiras	-7	-11
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	366	17
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	-104	-9
3.08.01	Corrente	-104	-9
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	262	8
3.11	Lucro/Prejuízo do Período	262	8
3.99.01.01	ON	1,94074	0,5926

DFs Individuais / Demonstração do Resultado Abrangente**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2019 à 31/12/2019	Penúltimo Exercício 01/01/2018 à 31/12/2018
4.01	Lucro Líquido do Período	262	8
4.03	Resultado Abrangente do Período	262	8

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2019 à 31/12/2019	Penúltimo Exercício 01/01/2018 à 31/12/2018
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	406	128
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	297	46
6.01.01.01	Lucro/Prejuízo do Período	262	8
6.01.01.02	Depreciações e Amortizações	35	38
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	143	-78
6.01.02.01	Fornecedores	15	2
6.01.02.02	Obrigações Fiscais	32	9
6.01.02.03	Impostos a Recuperar	2	-41
6.01.02.08	Contas a Receber	5	-18
6.01.02.09	Adiantamento a Clientes	89	-30
6.01.03	Outros	-34	160
6.01.03.02	Adiantamento a Terceiros	11	-11
6.01.03.03	Outras Obrigações	-100	225
6.01.03.04	Outras Contas a Receber	54	-55
6.01.03.05	Obrigações Trabalhistas	1	1
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-12	-65
6.02.01	Aquisição de Bens do Ativo Imobilizado	-12	-60
6.02.02	Aquisição de Bens do Ativo Intangível	0	-5
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	-2	-10
6.03.01	Dividendos Propostos	-2	-10
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	392	53
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	99	46
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	491	99

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2019 à 31/12/2019**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	135	0	10	146	0	291
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	135	0	10	146	0	291
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	0	-62	0	-62
5.04.06	Dividendos	0	0	0	-62	0	-62
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	262	0	262
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	262	0	262
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	13	-13	0	0
5.07	Saldos Finais	135	0	23	333	0	491

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2018 à 31/12/2018**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	135	0	10	140	0	285
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	135	0	10	140	0	285
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	0	-2	0	-2
5.04.06	Dividendos	0	0	0	-2	0	-2
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	8	0	8
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	8	0	8
5.07	Saldos Finais	135	0	10	146	0	291

DFs Individuais / Demonstração de Valor Adicionado - Método Indireto**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2019 à 31/12/2019	Penúltimo Exercício 01/01/2018 à 31/12/2018
7.01	Receitas	1.932	1.530
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	1.927	1.530
7.01.02	Outras Receitas	5	0
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-1.093	-1.100
7.02.01	Custos Prods., Mercs. e Servs. Vendidos	-1.093	-1.100
7.03	Valor Adicionado Bruto	839	430
7.04	Retenções	-35	-38
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-35	-38
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	804	392
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	9	14
7.06.02	Receitas Financeiras	9	14
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	813	406
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	813	406
7.08.01	Pessoal	238	215
7.08.01.01	Remuneração Direta	118	113
7.08.01.02	Benefícios	86	71
7.08.01.03	F.G.T.S.	6	5
7.08.01.04	Outros	28	26
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	306	172
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	7	11
7.08.03.03	Outras	7	11
7.08.03.03.01	Despesas Financeiras	7	11
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	262	8
7.08.04.02	Dividendos	62	2
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	200	6

(Reais Mil)

Código da
Conta

Descrição da Conta

Último Exercício
01/01/0001 à 01/01/0001

(Reais Mil)

Código da
Conta Descrição da Conta

Último Exercício
01/01/0001 à 01/01/0001



São Paulo, 31 de março de 2020

Senhores Acionistas,

Em cumprimento às determinações legais, submetemos à apreciação de V.Sas. o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras da Octante Securitizadora S.A. (“Companhia”) relativas ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2019, bem como o Relatório dos Auditores Independentes.

1. Contexto Organizacional

O conselho de administração da Companhia reuniu-se uma vez no ano de 2020, no dia 23 de março de 2020 para deliberar sobre: (i) a apreciação das contas dos administradores, das demonstrações financeiras e do Relatório da Administração referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019; e (ii) analisar a proposta a ser encaminhada às Assembleias Gerais Ordinária e Extraordinária de 30 de abril de 2020 (“AGOE”) de destinação do lucro líquido do exercício encerrado em 31 de dezembro de 2019.

A Companhia realizou, no ano de 2019, uma assembleia geral ordinária, realizada em 30 de abril de 2019 para: (i) tomar as contas dos administradores, examinar, discutir e votar as demonstrações financeiras da Companhia referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018; (ii) deliberar sobre a destinação do lucro líquido do exercício encerrado em 31 de dezembro de 2018.

A Companhia também realizou assembleia geral extraordinária, realizada em 15 de julho de 2019 para: (i) incluir serviços de distribuição de Certificados de Recebíveis do Agronegócio e de Certificados de Recebíveis Imobiliários; (ii) criar o cargo de Diretor de Distribuição; (iii) possibilitar outorga de procurações “ad judicium” por apenas um diretor.

2. Situação sobre as condições econômicas da Companhia:

Neste exercício social, a Companhia teve aumento de seu resultado devido as novas emissões ocorridas no período. O lucro líquido que passou de 8.365,00 mil (oito mil, trezentos e sessenta e cinco reais) para R\$ 262.195,53 mil (duzentos e sessenta e dois mil, cento e noventa e cinco reais e cinquenta e três centavos), conforme demonstrado na tabela abaixo:

Lucro líquido do exercício e dos 4 (quatro) exercícios anteriores (em milhares de R\$)			
2019	2018	2017	2016
262	8	45	11

Neste sentido, sugerimos destinação deste lucro da seguinte forma: 5% (cinco por cento) para a constituição da reserva legal no valor de R\$ 13.109,78 (treze mil, cento e nove reais e setenta e oito centavos); R\$ 62.271,44 (sessenta e dois mil duzentos e setenta e um reais e quarenta e quatro centavos) destinados ao pagamento de dividendo obrigatório; e o montante de R\$ 186.814,32 (cento e oitante e seis mil, oitocentos e quatorze reais e trinta e dois centavos) terá o destino que lhe for dado pela Assembleia Geral.



Política de reinvestimento de lucros e distribuição de dividendos.

Tendo em vista que a Companhia não possui acordo de acionistas, não há política de reinvestimento de lucros e distribuição de dividendos. Sugere-se, conforme item 2 acima, a destinação do lucro da Companhia para composição da reserva legal, da reserva de lucro e da distribuição de dividendos, nos termos do Artigo 28 do Estatuto Social da Companhia.

Não foram antecipados dividendos ou juros sobre capital próprio já declarado.

2.1. Emissão de dívida

Não foram emitidas, nem adquiridas quaisquer debêntures pela Companhia.

3. Investimentos em sociedades coligadas e/ou controladas

A Companhia não possui participação em nenhuma outra sociedade. Neste sentido, não houve investimentos em sociedades coligadas e/ou controladas.

4. Projetos desenvolvidos

A Companhia realizou emissão, em 16 de fevereiro de 2019, de 20.113 certificados de recebíveis do agronegócio da 1ª (primeira) série da 19ª (décima nona) emissão da Companhia com valor nominal total, na data de emissão, correspondente a R\$ 20.113.000,00 (vinte milhões, cento e treze mil reais), para distribuição pública nos termos da Instrução CVM nº 476, bem como de 3.352.293 certificados de recebíveis do agronegócio da 2ª (segunda) série da 19ª (décima nona) emissão da Companhia com valor nominal total, na data de emissão, correspondente a R\$ 3.352.293,00 (três milhões, trezentos e cinquenta e dois mil, duzentos e noventa reais), para distribuição pública nos termos da Instrução CVM nº 476 e, por fim, 1 certificado de recebível do agronegócio da 3ª (terceira) série da 19ª (décima nona) emissão da Companhia com valor nominal total, na data de emissão, correspondente a R\$ 10.056.878,33 (dez milhões, cinquenta e seis mil, oitocentos e setenta e oito reais e trinta e três centavos), objeto de colocação privada. O montante em conjunto das quatro séries totaliza o valor de R\$ 33.522.171,33 (trinta e três milhões, quinhentos e vinte e dois mil, cento e setenta e um reais e trinta e três centavos).

A Companhia realizou emissão, em 03 de setembro de 2019, de 11.496 certificados de recebíveis do agronegócio da 1ª (primeira) série da 24ª (vigésima quarta) emissão da Companhia com valor nominal total, na data de emissão, correspondente a R\$ 11.496.000,00 (onze milhões, quatrocentos e noventa e seis mil reais), para distribuição pública nos termos da Instrução CVM nº 476, bem como de 1.942.398 certificados de recebíveis do agronegócio da 2ª (segunda) série da 24ª (vigésima quarta) emissão da Companhia com valor nominal total, na data de emissão, correspondente a R\$ 1.942.398,00 (um milhão, novecentos e quarenta e dois mil, trezentos e noventa e oito reais), para distribuição pública nos termos da Instrução CVM nº 476 e, por fim, 1 certificado de recebível do agronegócio da 3ª (terceira) série da 24ª (vigésima quarta) emissão da Companhia com valor nominal total, na data de emissão, correspondente a R\$ 5.827.194,00 (cinco milhões, oitocentos e vinte e sete mil, cento e noventa e quatro), objeto de colocação privada. O montante em conjunto das três séries totaliza o valor de R\$ 19.265.592,00 (dezenove milhões, duzentos e sessenta e cinco mil, quinhentos e noventa e dois reais).

A Companhia realizou emissão, em 20 de dezembro de 2019, de 38.250 certificados de recebíveis do agronegócio da 1ª (primeira) série da 25ª (vigésima quinta) emissão da Companhia com valor nominal total, na data de emissão, correspondente a R\$ 38.250.000,00 (trinta e oito milhões, duzentos e cinquenta mil reais), para distribuição pública nos termos da Instrução CVM nº 476, bem como de 21.750 certificados de recebíveis do agronegócio da 2ª (segunda) série da 25ª (vigésima quinta) emissão da Companhia com valor nominal total, na data de emissão, correspondente a R\$ 21.750.000,00 (vinte e um milhões, setecentos e cinquenta mil reais), para distribuição pública nos termos da Instrução CVM nº 476. O montante em conjunto das duas séries totaliza o valor de R\$ 75.000.000,00 (setenta e cinco milhões de reais).

5. Informações sobre a prestação, pelo auditor independente ou por partes a ele relacionadas, de qualquer serviço que não seja de auditoria externa

A Companhia não contratou o auditor independente ou parte a ele relacionada para a prestação de qualquer serviço que não seja de auditoria externa, não havendo, portanto, a existência de conflito de interesse, perda de independência ou objetividade de seus auditores independentes.



6. Considerações Finais e Perspectivas

Em 2019, a Companhia tem a intenção de continuar aumentando o volume de emissões que permitirão a Companhia ter um aumento em suas receitas. Desde a primeira emissão de oferta pública de Certificados de Recebíveis do Agronegócio, a securitização de créditos do agronegócio tem se mostrado uma importante fonte de captação de recursos para os participantes da cadeia produtiva do agronegócio, com a possibilidade de financiamento de mais de uma safra, a taxas atrativas. Para tanto, a Companhia continua investindo na readequação de sua plataforma operacional e permanece com o programa de treinamento para os profissionais envolvidos diretamente no fluxo operacional da empresa.

Em 2019, a Companhia aumentou seu volume de emissões encerrando o exercício social com lucro, o que reforça a estratégia de consolidação da sua participação no segmento de securitização.

Durante o ano de 2019, a Companhia foi um importante participante na estruturação de operações de agronegócio no mercado de capitais, seguindo uma estratégia consistente na formação de parcerias estratégicas no mercado. Obteve êxito em, desta forma, propiciar as empresas uma alternativa atrativa e contínua para o financiamento de suas atividades.

A Companhia tem reafirmado o seu comprometimento com a cadeia produtiva do agronegócio, uma vez que a demanda por financiamento dos insumos necessários à produção agrícola é crescente e as fontes alternativas de financiamento serão imprescindíveis para o setor em vista da escassez dos recursos tradicionalmente utilizados pelo setor agrário.

Diretores:

Jeniffer Kalaisa Padilha

Guilherme Antonio Muriano da Silva

Cauê de Carvalho Bocchi



Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2019 e de 2018

(Valores expressos em milhares de reais exceto quando indicado de outra forma)

1. Contexto operacional

A Octante Securitizadora S.A. (“Companhia”) foi constituída em 03 de maio de 2010 sob a denominação de Mazomba SP Participações S.A. e teve seu registro na Junta Comercial do Estado de São Paulo (JUCESP) efetuado em 17 de junho de 2010.

Em Assembleia Geral Extraordinária, realizada em 08 de outubro de 2010, foi alterada a denominação social para Octante Securitizadora S.A.

A Companhia tem por objeto: **(i)** a aquisição e securitização de quaisquer direitos creditórios do agronegócio e de títulos e valores mobiliários lastreados em direitos de crédito do agronegócio; **(ii)** a aquisição e securitização de quaisquer direitos de crédito imobiliário e de títulos e valores mobiliários lastreados em direitos de crédito imobiliário; **(iii)** a emissão e a colocação, no mercado financeiro e de capitais, de Certificados de Recebíveis do Agronegócio e outros títulos e valores mobiliários lastreados em direitos creditórios do agronegócio que sejam compatíveis com as suas atividades; **(iv)** a emissão e a colocação, no mercado financeiro e de capitais, de Certificados de Recebíveis Imobiliários e outros títulos e valores mobiliários lastreados em direitos de crédito imobiliário que sejam compatíveis com as suas atividades; **(v)** a realização de negócios e a prestação de serviços compatíveis com a atividade de securitização de direitos creditórios do agronegócio ou de direitos de crédito imobiliário e emissão de Certificados de Recebíveis do Agronegócio, Certificados de Recebíveis Imobiliários ou outros títulos e valores mobiliários lastreados em direitos creditórios do agronegócio ou em direitos de crédito imobiliário, incluindo, mas não se limitando a, administração, recuperação e alienação de direitos de crédito; **(vi)** a realização de operações em mercados de derivativos, com a função de proteção de riscos na sua carteira de créditos.

A Companhia obteve seu registro na Comissão de Valores Mobiliários (CVM) como emissora de valores mobiliários na categoria “B” em conformidade com as disposições da Instrução CVM nº 480/2009, em 14 de fevereiro de 2011, através do Ofício/CVM/SEP/RIC/nº 07/2011, e iniciou suas operações em setembro de 2011, com a primeira prestação de serviços.

A matriz da Companhia está localizada na Rua Beatriz, 226 – Alto de Pinheiros – São Paulo – SP.

2. Apresentação das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e apresentadas em milhares de reais conforme a moeda funcional da Companhia (Real), as quais abrangem a legislação societária (contendo as alterações introduzidas pela Lei no 11.638 aprovada em 28 de dezembro de 2007), as normas emitidas pela

Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e os Pronunciamentos, as Orientações e as Interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC).

Conforme previsto na Lei nº 9.514/97, as companhias securitizadoras de crédito imobiliário estão obrigadas a manter a contabilidade individualizada para cada securitização de crédito imobiliário (projeto). Dessa forma, as demonstrações financeiras anuais da Companhia incluem os saldos relativos à Octante Securitizadora S.A., bem como os saldos relativos aos projetos.

As demonstrações financeiras foram aprovadas pela Administração em 23 de março de 2020.

2.1. Resumo das principais práticas contábeis

As principais práticas contábeis adotadas para a elaboração dessas informações são as seguintes:

a. Apuração do resultado

As receitas, custos e despesas são contabilizados pelo regime de competência, incluindo os efeitos das variações monetárias computados sobre ativos e passivos indexados.

b. Imposto de renda e contribuição social

A provisão para imposto de renda é constituída com base no lucro real (tributável) à alíquota de 15%, acrescida do adicional de 10% sobre o lucro tributável anual excedente a R\$ 240 por ano. A provisão para contribuição social é calculada à alíquota de 9%, sobre o lucro contábil ajustado, conforme legislação em vigor.

c. Ativos e passivos circulantes e não circulantes

Os ativos estão demonstrados pelo valor líquido de realização e/ou formação.

Os passivos são demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos, variações monetárias e/ou cambiais incorridos até a data do balanço.

d. Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários, outros investimentos de curto prazo de alta liquidez com vencimentos originais de três meses ou menos, que são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor. Incluem aplicações financeiras mencionadas na Nota Explicativa nº 3.

e. Instrumentos financeiros

A Companhia classifica seus ativos financeiros sob a categoria de instrumentos financeiros mantidos para negociação e são mensurados ao valor justo por meio do resultado. A classificação depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos. A Administração determina a classificação de seus ativos financeiros no reconhecimento inicial. Os ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado são ativos financeiros mantidos para negociação ativa e frequente.

f. Demais ativos e passivos

Os ativos estão demonstrados pelos valores de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as

variações monetárias (em base para o pro rata dia) auferidas e provisão para perda, quando julgada necessária. Os passivos são demonstrados por valores conhecidos e calculáveis, acrescidos dos encargos e variações monetárias (em base pro rata dia) incorridos.

g. Reconhecimento de ativo financeiro

O tratamento contábil de reconhecimento de ativos financeiros depende da extensão em que a Companhia está exposta a riscos, benefícios e controle relacionados aos ativos financeiros onde a Companhia atuou como emissora dos Certificados de Recebíveis do Agronegócio (CRA) e dos Certificados de Recebíveis Imobiliários (CRI) e os transferiu a terceiros. Se a Companhia transfere substancialmente todos os riscos e benefícios a terceiros – venda incondicional de ativos financeiros, venda de ativos financeiros com base em um contrato que prevê a sua recompra pelo valor justo na data da recompra, securitização de ativos na qual a Companhia não retém uma dívida subordinada ou concede uma melhoria de crédito aos novos titulares, e outras hipóteses similares – o ativo financeiro transferido é baixado e quaisquer direitos ou obrigações retidos ou criados na transferência são reconhecidos simultaneamente.

Desse modo, ativos financeiros somente são baixados quando os direitos sobre os fluxos de caixa que foram gerados tiverem sido extintos ou quando substancialmente todos os riscos e benefícios inerentes tiverem sido transferidos a terceiros. Similarmente, passivos financeiros somente são baixados quando as obrigações geradas tiverem sido extintas ou quando forem adquiridos com a intenção de serem cancelados ou revendidos.

h. Ativos e passivos contingentes e obrigações legais

As práticas contábeis para registro e divulgação de ativos e passivos contingentes e obrigações legais são as seguintes:

- (i) Passivos contingentes são provisionados quando as perdas forem avaliadas como prováveis e os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. Os passivos contingentes avaliados como de perdas possíveis são apenas divulgados em nota explicativa e os passivos contingentes avaliados como de perdas remotas não são provisionados e nem divulgados;
- (ii) Obrigações legais são registradas na mesma rubrica dos passivos contingentes, independentemente da avaliação sobre as probabilidades de êxito, de processos em que a Companhia questionou a inconstitucionalidade de tributos.

i. Imobilizado

São reconhecidos pelo valor de custo de aquisição, deduzidos da depreciação ou perdas de redução ao valor recuperável (*impairment*).

A depreciação é reconhecida no resultado da Companhia tendo como base o método linear com relação às vidas úteis que são estimadas de cada parte de um item do imobilizado.

As vidas úteis estimadas para os períodos correntes e comparativos são as seguintes:

- **Equipamentos de informática:** 5 anos ou 60 meses;
- **Móveis, utensílios e central telefônica:** 10 anos ou 120 meses;
- **Instalações:** 10 anos ou 120 meses.

j. Intangível

Os ativos intangíveis que são adquiridos separadamente e são mensurados pelo valor de custo de aquisição no momento de seu reconhecimento inicial. Após o reconhecimento inicial, os ativos intangíveis são apresentados ao seu valor de custo de aquisição subtraindo-se a amortização acumulada e perdas acumuladas de redução ao valor recuperável (*impairment*).

A vida útil dos ativos intangíveis adquiridos foi avaliada pela companhia e definidas, pelo prazo de vida estabelecido em 5 anos ou 60 meses conforme legislação fiscal.

k. Redução ao valor recuperável dos ativos (*impairment*)

Reconhecidos, se aplicável, de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 01, que dispõe sobre procedimentos aplicáveis no reconhecimento, mensuração e divulgação de perdas em relação ao valor recuperável de ativos (*impairment*), estabelecendo os seguintes critérios:

- Os ativos que têm uma vida útil indefinida não estão sujeitos à amortização e são testados anualmente para a verificação de *impairment*;
- Os ativos que estão sujeitos à amortização são revisados para a verificação de *impairment* sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável.

Uma perda por *impairment* ocorre quando o valor líquido contábil do ativo excede seu valor recuperável, sendo reconhecida diretamente no resultado.

l. Demonstração do valor adicionado

A Companhia elaborou a demonstração do valor adicionado nos termos do Pronunciamento Técnico CPC 09 – Demonstração do valor adicionado, a qual é apresentada como parte integrante das demonstrações financeiras anuais conforme requerido pela legislação societária brasileira para companhias registradas na CVM.

m. Normas e interpretações emitidas e adotadas

As seguintes normas foram emitidas pelo IASB, entraram em vigor para o exercício de 2019.

- **CPC 6 (R2)/IFRS 16 – Operações de arrendamento mercantil**

Estabelece novos padrões de contabilização de arrendamento mercantil. Com essa nova norma, os arrendatários passam a ter que reconhecer o passivo dos pagamentos futuros e o direito de uso do ativo arrendado para praticamente todos os contratos de arrendamento mercantil, incluindo os operacionais, podendo ficar fora do escopo dessa nova norma determinados contratos de curto prazo ou de pequenos montantes. Os critérios de reconhecimento e mensuração dos arrendamentos nas demonstrações contábeis dos arrendadores ficam substancialmente mantidos. O IFRS16 substitui a IAS 17 e correspondentes interpretações, no Brasil, essas alterações serão tratadas como revisão do CPC 06.

A Companhia informa que a conclusão das análises voltadas a avaliação dos potenciais impactos da adoção do CPC 06 (R2) nas suas demonstrações contábeis não apontou para a ocorrência de impactos relevantes.

3. Caixa e equivalentes de caixa

O saldo de caixa e equivalente de caixa em 31 de dezembro de 2019 e 2018 é composto:

	31/12/2019	31/12/2018
Bancos conta movimento	-	55
Aplicações financeiras de liquidez imediata (i)	491	44
Total	491	99

(i) O montante é composto por: (a) Aplicações financeiras de liquidez imediata (Itaú Soberano RF Simples LP FICFI), com liquidez imediata, realizadas junto ao Itaú Unibanco S.A., não possuem vencimento e podem ser resgatadas a qualquer momento, portanto, são consideradas como equivalentes de caixa; e (b) Aplicações financeiras de liquidez imediata em certificados de depósito bancário realizada junto ao Banco Bradesco S.A. que possuem liquidez imediata e taxa de remuneração de 5% a.a., pré fixado.

4. Tributos a recuperar

Referem-se aos impostos recolhidos na fonte sobre faturamento e imposto de renda sobre resgates de aplicações financeiras de exercícios anteriores que serão objeto de compensação durante o exercício posterior.

	31/12/2019	31/12/2018
CSLL sobre faturamento	3	3
IRRF sobre aplicação financeira	1	1
Cofins sobre faturamento	2	-
Saldo negativo IRPJ	102	108
Saldo negativo CSLL	70	67
Outros impostos a recuperar	9	10
Total	187	189

5. Outras contas a receber

Em 31 de dezembro de 2019 o saldo a receber refere-se aos gastos reembolsáveis relacionados ao pagamento de despesas que serão reembolsados à Entidade posteriormente no valor de R\$ 31 (em 31/12/2018 – R\$ 86) e saldo corrigido em aplicações financeiras a ser repassados pelo os patrimônios separados, no valor de R\$ 17 (em 31/12/2018 – R\$ 16).

6. Adiantamento a terceiros

Em 31 de dezembro 2019 a Companhia não possuía saldo de adiantamentos a terceiros a receber (em 31/12/2018 – R\$ 11).

7. Ativo imobilizado e intangível

Em 31 de dezembro de 2019, a Companhia acumulou um saldo líquido de depreciações e amortizações de R\$ 120 em investimentos, sendo no ativo imobilizado R\$ 116 (em 31/12/2018 – R\$ 135) e no intangível o montante R\$ 4 (em 31/12/2018 – R\$ 8) da Companhia, e estão distribuídos da seguinte forma:

Ativo imobilizado	31/12/2018	Adições	Depreciação acumulada	31/12/2019
Central telefônica	8		(2)	6
Móveis e utensílios	53	1	(7)	47
Equipamentos de informática	57	11	(21)	47
Instalações	8		(2)	6
Máquinas e equipamentos	11		(1)	10
Total	135	12	(31)	116

Ativo intangível	31/12/2018	Adições	Amortização acumulada	31/12/2019
Softwares	8	-	(4)	4
Total	8	-	(4)	4

8. Partes relacionadas

A Securitizadora mantém saldo a receber de partes relacionadas, no montante de R\$ 13 (2018 – R\$ 18), devido a transações realizadas cuja competência é da controladora.

A remuneração que contempla a Diretoria Executiva da Companhia, que se refere à remuneração fixa, foi estabelecida na Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária realizada em 30 de abril de 2014, no montante global em para o exercício findo em 31 de dezembro de 2019 de R\$ 36 (em 31/12/2018 – R\$ 34), englobando, além da remuneração direta, os respectivos encargos legais.

9. Fornecedores

Em 31 de dezembro de 2019, referem-se a montantes a pagar para os prestadores de serviços e outras contas a pagar o montante de R\$ 25 (Em 31/12/2018 – R\$ 10).

10. Obrigações fiscais, sociais e trabalhistas

Os saldos de obrigações fiscais, sociais e trabalhistas em 31 de dezembro de 2019, referem-se aos impostos e contribuições a recolher, (FGTS, IRRF sobre salários, INSS, ISS, PIS, Cofins, CSRF, IRPJ e CSLL), no valor de R\$ 61 (Em 31/12/2018 – R\$ 27).

11. Outras obrigações

No exercício findo em 31 de dezembro de 2019, foi realizada a devolução parcial de mútuo com acionista realizado no exercício findo em 31 de dezembro de 2018. A operação de mútuo com acionista foi realizada para suportar as operações da Companhia de acordo com a avaliação da Administração e está suportada por contrato. O valor total do mútuo no momento da operação era no valor total de R\$ 300, dos quais já foram quitados R\$ 175 até o momento, sendo, liquidados no decorrer do exercício de 2019 R\$ 100 (em 31/12/2018 – R\$ 75) permanecendo um montante de R\$125 em dezembro de 2019.

Em 31 de dezembro de 2019, existiam valores em aberto a serem pagos aos acionistas da companhia a título de dividendos obrigatórios de 25% baseados no lucro líquido do exercício desconsiderando-se os valores destinados a Reserva Legal de 5%, conforme cálculo a seguir:

	2019	2018
Lucro líquido do exercício	262	8
Valor destinado para constituição de reserva legal	(13)	-
Base de cálculo dos dividendos	249	8
Percentual utilizado	25%	25%
Dividendos propostos	62	2

12. Provisões previdenciárias e trabalhistas

Em 31 de dezembro de 2019, a Companhia efetuou o registro de provisões trabalhistas e previdenciárias.

	31/12/2019	31/12/2018
Férias e encargos	5	6
Total	5	6

13. Patrimônio líquido

O capital social totalmente subscrito e integralizado é de R\$ 135 (em 31/12/2018 – R\$ 135), dividido em 134.889 (em 31/12/2018 – 134.889) ações ordinárias nominativas.

A distribuição do lucro líquido da Companhia é realizada da seguinte forma: **(a)** absorção do saldo de prejuízos acumulados; **(b)** 5% para a constituição de reserva legal, até que ela atinja 20% do capital social; **(c)** 25% do saldo destinado ao pagamento do dividendo obrigatório; e **(d)** após as destinações mencionadas anteriormente, será decidido em Assembleia Geral Ordinária, com realização no dia 30 de abril de 2019, a destinação do saldo restante, historicamente mantido em reserva de lucros.

Os dividendos foram calculados como segue:

	2019	2018
Lucro líquido do exercício	262	8
Valor destinado para constituição de reserva legal	(13)	-
Base de cálculo dos dividendos	249	8
Percentual utilizado	25%	25%
Dividendos propostos	62	2

14. Receita líquida

As receitas operacionais líquidas são compostas por:

	2019	2018
Serviços prestados	1.927	1.530
PIS, COFINS e ISS	(186)	(152)
Total	1.741	1.378

15. (Despesas) receitas operacionais

As despesas gerais, administrativas, tributárias e demais receitas, referem-se substancialmente:

	2019	2018
Consultoria (i)	(303)	(363)
Auditoria	(35)	(87)
Honorários advocatícios	(11)	-
Publicidade e Propaganda	(12)	(10)
Despesas de pessoal	(237)	(215)
Água/luz/telefone/Internet	(146)	(133)
Serviços de contabilidade	(109)	(106)
Serviços Pessoa Jurídica	(12)	(5)
Serviços de Informações	(17)	-
Serviços Gráficos	(4)	(15)
Assessoria de Informática	(69)	(68)
Taxas da CVM e Bovespa	(19)	(19)
Material de consumo/escritório	(40)	(39)
Depreciações e Amortizações	(35)	(38)
Anúncios e publicações	(52)	(69)
Manutenção de Equipamentos	(17)	(23)
Manutenção e Reparos	(17)	(13)
Locação de Equipamentos	(16)	(13)
Refeições e Lanches	(10)	(10)
Despesas Tributárias	(17)	(11)
Messageiros	(10)	(10)
Confraternizações/eventos	(3)	-
Segurança	(16)	(15)
Copa e Cozinha	(7)	(12)
Viagens e estadias	(86)	(30)
Associação de Classe	(30)	(14)
Feiras e Congressos	-	(2)
Pequenas Imobilizações	(2)	(4)
Outras Despesas	(50)	(40)
Outras Receitas	5	-
Total	(1.377)	(1.364)

(i) Substancialmente refere-se à prestação de serviço da UGP Consultoria e Operações Estratégicas Ltda. no valor de R\$ 147 e (R\$ 153 em 2018), efetuado com a finalidade de auxílio a encontrar oportunidades para adquirir direitos creditórios do agronegócio.

O segundo maior valor refere-se a Lopende Consultins Consultoria Comercial Ltda. referente a melhoria em processos cujo valor acumulado em 2019 é de R\$ 138 (R\$ 138 em 2018).

16. Resultado financeiro

O resultado financeiro é composto pelas receitas auferidas exclusivamente por aplicações em certificados de depósitos bancários, fundos de investimentos e reduzidos das despesas financeiras em 2019 e 2018 conforme demonstrado a seguir:

	2019	2018
Receita de aplicações financeiras	9	14
Despesas financeiras	(7)	(11)
Total	2	3

17. Imposto de renda e contribuição social

As despesas de IRPJ e CSLL estão conciliadas às alíquotas nominais como segue:

	2019	2018
Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	366	17
(+) Adições	10	20
(-) Exclusões	-	-
Base de Cálculo IRPJ e CSLL	376	37
Taxa efetiva para Impostos	28%	24%
Imposto de Renda e Contribuição Social Corrente/Diferido	(104)	(9)

18. Benefícios aos empregados

Os benefícios a empregados concedidos pela Companhia referem-se, basicamente, aos benefícios de curto prazo que envolvem auxílio refeição e assistência médica, os quais respeitam o regime de competência em sua contabilização, sendo cessados após término do vínculo empregatício com a Companhia.

	2019	2018
Auxílio refeição	(19)	(23)
Auxílio alimentação	(29)	(19)
Assistência médica	(38)	(30)
Total	(86)	(72)

19. Gestão de riscos e análise de sensibilidade

Política de gestão de riscos

A Companhia possui uma política formal para gerenciamento de riscos cujo controle e gestão é responsabilidade da diretoria financeira, que se utiliza de instrumentos de controle através de sistemas adequados e de profissionais capacitados na mensuração, análise e gestão de riscos.

Adicionalmente, não são permitidas operações com instrumentos financeiros de caráter especulativo.

Risco de crédito

O risco de crédito é o risco que surge da possibilidade de prejuízo resultante do não recebimento de terceiros dos valores contratados. O caixa da Companhia é investido em títulos de renda fixa ou em depósitos bancários de liquidez diária e junto às instituições de primeira linha. Esses investimentos estão sujeitos a risco de crédito. Em 31 de dezembro

de 2019, a Companhia possuía R\$ 491 (31/12/2018 - R\$ 44) em aplicações em instituições financeiras brasileiras conforme saldos na Nota Explicativa nº 3.

Risco de liquidez

É o risco em que a Companhia irá encontrar em cumprir com as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos à vista ou com outro ativo financeiro.

Risco de mercado

O caixa da Companhia é investido em operações compromissadas, indexados às taxas de juros, portanto variações nas taxas de mercado podem afetar o fluxo de caixa da Companhia.

A Companhia administra sua estrutura de ativos, passivos e capital com o objetivo de buscar otimizar sua estrutura de capital, possibilitar um retorno adequado aos acionistas e minimizar o risco de liquidez.

Risco de taxa de juros

O caixa da Companhia pode ser investido em operações compromissadas ou Certificados de Depósito Bancário (CDBs), indexados às taxas de juros, portanto variações nas taxas de mercado podem afetar o fluxo de caixa da Companhia.

Análise de sensibilidade

A Instrução CVM nº 475/08 requer que as Companhias apresentem resultados com cenários de deterioração de risco considerável. As variáveis-chave influenciam os cenários e podem impactar os resultados e/ou fluxos de caixa futuros da Companhia. Abaixo seguem os resultados da análise:

A Companhia entende que está exposta ao risco de variação do CDI, que remunera praticamente todas as aplicações financeiras, em caso de resgate antecipado à taxa de remuneração de 68,50% do CDI. Dessa forma, apresentamos os cenários nos quais a análise será baseada:

- **Cenário base:** Manutenção da taxa de juros média do CDI em relação ao verificado em 31 de dezembro de 2019;
- **Cenário adverso:** Diminuição em 25% da taxa de juros média do CDI em relação ao verificado em 31 de dezembro de 2019;
- **Cenário remoto:** Diminuição em 50% na taxa de juros média do CDI em relação ao verificado em 31 de dezembro de 2019.

	Cenário base	Cenário adverso	Cenário remoto
Mudança na variável	5,97% (*)	4,48%	2,99%

(*) Obs.: Taxa média do CDI entre 31/12/2018 e 31/12/2019. (Fonte: Cetip/B3)

Análise da Companhia

Fator de risco	Instrumento financeiro	Risco	Cenário base	Cenário adverso	Cenário remoto
Ativo financeiro - Aplicações financeiras (*)	Taxa de juros	Diminuição da taxa do CDI	520	513	506

(*) Tomando-se por base as aplicações financeiras disponíveis em 31/12/2019 – R\$ 491.

O impacto no resultado da Companhia em cada cenário:

	R\$
Cenário base	29,31
Cenário adverso	21,98
Cenário remoto	14,66

A Companhia não apresenta análise de sensibilidade para outros ativos e passivos financeiros, pois não há risco de variação de taxa de juros que possa impactar o resultado e/ou fluxo futuro da Companhia.

20. Adoção da Instrução CVM nº 600 – Regime dos certificados de recebíveis do agronegócio e recebíveis imobiliários

- I. Em 1º de agosto de 2018 foi emitida a Instrução Normativa CMV nº 600, que dispõe sobre a regulamentação do Certificado de Recebíveis do Agronegócio (CRA), apresentando mudanças significativas relativas às operações que compõem o patrimônio separado, que atribui a elaboração das demonstrações financeiras individuais de cada patrimônio separado, de acordo com as práticas contábeis aplicáveis às companhias abertas e auditadas por auditores independentes.

Devido as modificações dessa instrução, a Companhia deixou de apresentar nestas demonstrações financeiras a informação suplementar das demonstrações financeiras fiduciárias, que vinham sendo apresentadas nas notas explicativas desde as demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2017 e ITR de 30 de setembro de 2018, que por sua vez serão apresentadas de forma individualizada e entregue à CVM na data em que forem colocadas à disposição do público, o que não deve ultrapassar 03 meses (90 dias) do encerramento do exercício social de cada patrimônio separado, acompanhadas de relatório do auditor independente.

Conforme estabelecido pela Instrução CVM nº 600, a data do encerramento do exercício de cada patrimônio separado, para fins de elaboração das demonstrações individuais, deve ser 31 de março, 30 de junho, 30 de setembro ou 31 de dezembro de cada ano, dessa forma, a Companhia determinou as seguintes datas de encerramento do exercício de cada patrimônio separado da securitizadora:

Série/emissão	CRA/CRI	Data de encerramento do exercício
1ª e 2ª Série da 12ª Emissão	CRA	31 de dez
1ª e 2ª Série da 16ª Emissão	CRA	31 de dez
2ª Série da 2ª Emissão	CRA	31 de dez
1ª, 2ª, 3ª, 4ª, 5ª, 6ª e 7ª Série da 13ª Emissão	CRA	31 de mar
1ª, 2ª, 3ª, 4ª, 5ª, 6ª e 7ª Série da 15ª Emissão	CRA	31 de mar
1ª, 2ª, 3ª e 4ª Série da 17ª Emissão	CRA	31 de mar
1ª Série da 10ª Emissão	CRA	30 de jun
2ª e 3ª Série da 1ª Emissão	CRI	30 de jun
4ª e 5ª Série da 1ª Emissão	CRI	30 de jun
1ª, 2ª, 3ª, 4ª, 5ª, 6ª e 7ª Série da 11ª Emissão	CRA	30 de set
23ª Série da 1ª Emissão	CRA	30 de set
1ª Série da 6ª Emissão	CRA	30 de set
1ª, 2ª e 3ª Série da 19ª Emissão	CRA	31 de mar
1ª, 2ª e 3ª Série da 24ª Emissão	CRA	30 de set
1ª, 2ª, 3ª e 4ª Série da 25ª Emissão	CRA	31 de dez

21. Outros

A Companhia não operou com instrumentos financeiros derivativos em 31 de dezembro de 2019 e no exercício findo em 31 de dezembro de 2018.

22. Contingências

A Companhia faz periodicamente uma avaliação de seus riscos contingenciais baseado em fundamentos jurídicos, econômicos, tributários e contábeis como perdas possíveis.

A avaliação desses riscos objetiva classifica-los da melhor forma, segundo as chances de ocorrência de sua exigibilidade, dentre as seguintes alternativas: prováveis, possíveis ou remotas.

A referida contingência cível trata-se de embargos à execução opostos visando a desconstituição do título executivo e aplicação da penalidade prevista no artigo 940 do Código Civil, considerou que João Flávio Lopes não foi notificado da cessão relativa ao patrimônio separado da 23ª série da 1ª emissão.

	31/12/2019	31/12/2018
	Possíveis	Possíveis
Contingências cíveis	3.736	8.151
Total	3.736	8.151

23. Serviços prestados pelo auditor

Em atendimento à Instrução nº 381/03 da CVM, a Companhia, Octante Securitizadora S.A., com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, situado na Rua Beatriz, nº 226, Pinheiros, São Paulo SP, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 12.139.922/0001-63, no período, não contratou e nem teve serviços prestados pela empresa Grant Thornton Auditores Independentes relacionados a esta Companhia, que não o serviço de exame de demonstrações contábeis.

A política adotada atende aos princípios que preservam a independência do auditor, de acordo com os critérios internacionalmente aceitos.

24. Eventos subsequentes

Até o momento da aprovação das demonstrações financeiras anuais não foram identificados eventos subsequentes relevantes após a data-base.

* * *

No ano de 2019 a companhia efetuou três emissões de Certificados de Recebíveis do Agronegócio.

Em 16 de fevereiro de 2019, de 20.113 certificados de recebíveis do agronegócio da 1ª série da 19ª emissão da Companhia com valor nominal total, na data de emissão, correspondente a R\$ 20.113.000,00, para distribuição pública nos termos da Instrução CVM nº 476, bem como de 3.352.293 certificados de recebíveis do agronegócio da 2ª série da 19ª emissão da Companhia com valor nominal total, na data de emissão, correspondente a R\$ 3.352.293,00, para distribuição pública nos termos da Instrução CVM nº 476 e, por fim, 1 certificado de recebível do agronegócio da 3ª série da 19ª emissão da Companhia com valor nominal total, na data de emissão, correspondente a R\$ 10.056.878,33, objeto de colocação privada. O montante em conjunto das quatro séries totaliza o valor de R\$ 33.522.171,33.

Em 03 de setembro de 2019, de 11.496 certificados de recebíveis do agronegócio da 1ª série da 24ª emissão da Companhia com valor nominal total, na data de emissão, correspondente a R\$ 11.496.000,00, para distribuição pública nos termos da Instrução CVM nº 476, bem como de 1.942.398 certificados de recebíveis do agronegócio da 2ª série da 24ª emissão da Companhia com valor nominal total, na data de emissão, correspondente a R\$ 1.942.398, para distribuição pública nos termos da Instrução CVM nº 476 e, por fim, 1 certificado de recebível do agronegócio da 3ª série da 24ª emissão da Companhia com valor nominal total, na data de emissão, correspondente a R\$ 5.827.194, objeto de colocação privada. O montante em conjunto das três séries totaliza o valor de R\$ 19.265.592,00.

A Companhia realizou emissão, em 20 de dezembro de 2019, de 38.250 certificados de recebíveis do agronegócio da 1ª série da 25ª emissão da Companhia com valor nominal total, na data de emissão, correspondente a R\$ 38.250.000, para distribuição pública nos termos da Instrução CVM nº 476, bem como de 21.750 certificados de recebíveis do agronegócio da 2ª série da 25ª emissão da Companhia com valor nominal total, na data de emissão, correspondente a R\$ 21.750.000,00, para distribuição pública nos termos da Instrução CVM nº 476. O montante em conjunto das duas séries totaliza o valor de R\$ 75.000.000,00.

A companhia não realiza a Proposta de Orçamento de Capital.

Pareceres e Declarações / Relatório do Auditor Independente - Sem Ressalva

Aos acionistas e administradores da
Octante Securitizadora S.A.
São Paulo – SP

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da Octante Securitizadora (“Companhia”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2019 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e do fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, da Octante Securitizadora em 31 de dezembro de 2019, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações contábeis”. Somos independentes em relação a Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais assuntos de auditoria

Principais Assuntos de Auditoria (PAA) são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações contábeis como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações contábeis e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

Receitas de serviços prestados

Motivo pelo qual o assunto foi considerado um PAA

Conforme descrito na nota explicativa nº 1, a principal atividade da Companhia é a emissão de Certificados de Recebíveis Imobiliários (CRI) e Certificados de Recebíveis do Agronegócio (CRA) denominados “recebíveis”, lastreados em créditos imobiliários e do Agronegócio. No âmbito de sua atividade, conduz a estruturação de operações de securitização, atrelando os recebíveis aos correspondentes CRIs e CRAs. Além disso, é a responsável pelo gerenciamento destes recebíveis, bem como os respectivos pagamentos dos CRIs e CRAs em conexão às suas obrigações junto aos agentes fiduciários, legitimado a praticar todos os atos necessários à proteção dos direitos dos investidores. Devido a relevância desta transação para a Companhia, e o gerenciamento do reconhecimento, mensuração e adequação das operações divulgadas como informações complementares, consideramos este assunto relevante para a nossa auditoria

Esse tema foi considerado como uma área crítica e, portanto, de risco em nossa abordagem de auditoria, tendo em vista ser o processo de reconhecimento de receitas, além de área crítica e de risco, tratar-se de rubrica de significativo impacto nas demonstrações contábeis da Companhia, sendo os procedimentos de auditoria de maior complexidade, dado ao tempo envolvido na análise das operações, leitura de contratos, entre outros aspectos.

Como o assunto foi tratado na auditoria das demonstrações contábeis

Nossos procedimentos de auditoria, foram entre outros: (i) conciliação contábil da carteira (ii) verificação das emissões por amostragem; (iii) recálculo dos ativos por amostragem de acordo com as premissas especificada em cada Termo de Securitização; (vi) recálculo dos valores a receber oriundos da securitização de recebíveis; e (v) inspeção da liquidação financeira e das baixas dos recebíveis

Com base na abordagem de nossa auditoria e nos procedimentos efetuados, entendemos que os critérios e premissas adotados pela Companhia para registro das receitas operacionais estão adequados no contexto das demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Outros assuntos

Demonstrações do Valor Adicionado

As Demonstrações do Valor Adicionado (DVA) referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2019, elaboradas sob a responsabilidade da Administração da Companhia, cuja apresentação é requerida pela legislação societária brasileira para companhias abertas e apresentadas como informação suplementar para os demais tipos de sociedade, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações contábeis da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações contábeis e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 – Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos

que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais;
- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia;
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração;
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada,

Comunicamo-nos com a Administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações contábeis do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 23 de março de 2020

Thiago Kurt de Almeida Costa Brehmer
CT CRC 1SP-260.164/O-4
Grant Thornton Auditores Independentes
CRC 2SP-025.583/O-1

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras

Os diretores abaixo qualificados declaram que:

Reviram, discutiram e concordam com as demonstrações financeiras apresentadas.

Guilherme Antônio Muriano da Silva
Diretor de Relações com Investidores

Jeniffer Kalaisa Padilha
Diretora Presidente

Cauê de Carvalho Bocchi
Diretor de Distribuição

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente

Os diretores abaixo qualificados declaram que:

Reviram, discutiram e concordam com as opiniões expressas no parecer dos auditores independentes.

Guilherme Antônio Muriano da Silva
Diretor de Relações com Investidores

Jeniffer Kalaisa Padilha
Diretora Presidente

Cauê de Carvalho Bocchi
Diretor de Distribuição